



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

RELATÓRIO

VOLUME III

MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS

dezembro / 2014

© 2014 – Comissão Nacional da Verdade (CNV)

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

José Carlos Dias

José Paulo Cavalcanti Filho

Maria Rita Kehl

Paulo Sérgio Pinheiro

Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari

Rosa Maria Cardoso da Cunha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da Comissão Nacional da Verdade

B823r

Brasil. Comissão Nacional da Verdade.

Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade. –
Brasília: CNV, 2014.

1996 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 3)

ISBN 978-85-85142-63-6 (Coleção digital)

ISBN 978-85-85142-66-7 (v. 3 digital)

1. Ditadura militar - Brasil. 2. Violação de Direitos Humanos. 3. Relatório final. I. Título.

CDD 323.81044

NOME	ÓRGÃO	FUNÇÃO	CONDUTA PRATICADA PELO AGENTE	LOCAL DA GRAVE VIOLAÇÃO	FONTE DOCUMENTAL/TESTEMUNHAL SOBRE A AUTORIA
Sérgio Fernando Paranhos Fleury.	DOPS/SP.	Delegado.	Forneceu informações inverídicas sobre o paradeiro de Alexandre a seu pai.	DOPS.	Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0005_0002.
Edsel Magnotti .	DOPS/SP.	Delegado.	Forneceu informações inverídicas sobre o paradeiro de Alexandre a seu pai.	DOPS.	Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0005_0002.
Sérvulo Mota Lima.	SSP/SP.	Secretário de Segurança Pública.	Publicou nota com informações falsas sobre a morte de Alexandre.	SSP.	Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0005_0002.
Isaac Abramovitch.	IML/SP .	Médico-legista.	Falsificação de laudo de corpo de delito.	IML/SP.	Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0005_0002.
Orlando Brandão.	IML/SP.	Médico-legista.	Falsificação de laudo de corpo de delito.	IML/SP.	Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0005_0002.
Major Carlos Alberto Brilhante Ustra.	DOI-CODI/SP, 1970-1974.	Comandante do DOI-CODI/SP, no período de 1970 a 1974.	Sequestro, tortura e assassinato.	DOI-CODI/SP.	Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0005_0002.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. DOCUMENTOS QUE ELUCIDAM CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL	TÍTULO E DATA DO DOCUMENTO	ÓRGÃO PRODUTOR DO DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ ACE_CNF_89503_75, p. 7.	Relatório de Informações PB 024/75, de 9/6/1975.	Agência Central do SNI.	O documento transcreve a nota publicada no jornal O Globo, em 1/4/1973, sobre a prisão e morte de Alexandre.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ ATO_0005_0002, p. 36.	Ofício nº 503/73-GD.	DOPS.	Informa que a prisão de Alexandre ocorreu no marco de um Inquérito Policial instaurado nesse órgão para apurar as atividades da ALN.
<i>Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil</i> , p. 428.	Notícias sobre a morte de Alexandre, 23/3/1973.	<i>A Gazeta e Jornal da Tarde</i> .	Relato sobre as notícias que comunicam as falsas versões da morte de Alexandre e sobre as versões contraditórias dos delegados Sérgio Paranhos Fleury e Edsel Magnotti.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ASP_ ACE_2726_80, p. 9.	Nota oficial, assinada pelo general Sérvulo Mota Lima, 1/4/1973.	<i>O Globo</i> .	Publicação que reproduz nota oficial sobre a morte de Alexandre.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ ASP_ACE_2726_80, p. 10.	Termo de declarações de João Cascov, 20/3/1973.	DOI-CODI/SP.	O motorista do caminhão declara que Alexandre se jogou na frente de seu caminhão.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ ATO_0005_0002, pp. 47-55.	Apelação nº 40.912, Estado de São Paulo, 26/4/1978.	Superior Tribunal Militar.	Depoimentos de nove presos políticos sobre a tortura e morte de Alexandre Vannucchi Leme.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ ACE_5771_80_001, pp. 16-43.	Carta de presos políticos à OAB/ SP, 23/10/1975.	SNI.	Depoimentos sobre tortura e morte de Alexandre Vannucchi Leme.

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL	TÍTULO E DATA DO DOCUMENTO	ÓRGÃO PRODUTOR DO DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO0005_0002, pp. 14-17.	Requisição de exame necroscópico e laudo de exame de corpo de delito.	IML.	Documentação sobre a morte de Alexandre Vannucchi Leme.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ASP_ACE_2726_80, p. 10.	Informação nº 098896/73, de 2/4/1973.	Agência São Paulo, SNI.	Documento justifica morte de Alexandre por atropelamento em tentativa de fuga.

2. TESTEMUNHOS À CNV E ÀS COMISSÕES ESTADUAIS, MUNICIPAIS E SETORIAIS

IDENTIFICAÇÃO DA TESTEMUNHA	FONTE	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Cristina Moraes de Almeida, presa nos mesmos dias em que Alexandre estava no DOI-Codi.	Arquivo Nacional, CNV, 00092.000091/2014-13. 4/12/2013.	Testemunhou a tortura de Alexandre.

3. DEPOIMENTOS DE MILITARES E SERVIDORES PÚBLICOS À CNV E ÀS COMISSÕES ESTADUAIS, MUNICIPAIS E SETORIAIS

IDENTIFICAÇÃO DO DEPOENTE	FONTE	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Marival Chaves Dias (agente militar).	Arquivo CNV, 00092.000686/2013-80. 21/11/2012.	Em seu depoimento reconhece a farsa da versão sobre a morte de Alexandre Vannucchi Leme.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Alexandre Vannucchi Leme morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.



JAMES ALLEN LUZ

FILIAÇÃO: Rolandina Martins da Luz e Cassiano Diniz

Filho da Luz

DATA E LOCAL DE NASCIMENTO: 21/12/1938, Buriti Alegre (GO)

ATUAÇÃO PROFISSIONAL: estudante

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA: Vanguarda Armada Revolucionária
Palmares (VAR-Palmares)

DATA E LOCAL DE MORTE: 24/3/1973, Porto Alegre (RS)

BIOGRAFIA

Nascido em Goiás, James Allen Luz concluiu o curso Comercial Básico da Escola Técnica de Comércio de Campinas, em Goiânia, no ano de 1958 e o de Contabilidade em 1961. Participou ativamente do movimento estudantil de Goiás, onde presidiu o Grêmio Literário Castro Alves. Iniciou o curso de Direito, mas não chegou a se formar, pois deixou os estudos após ter sido preso em 1966. Já detido, foi transferido para Brasília e depois para o Rio de Janeiro, lá foi mantido na Fortaleza de São João, local de onde conseguiu fugir. Encontrou asilo político no Uruguai em 1968, morando por um ano naquele país. Mesmo residindo no exterior, continuou a ser monitorado pelos órgãos de segurança que indicaram que James Allen Luz havia retornado clandestinamente ao Brasil em 1970. Registraram ainda, que o militante era identificado por prestar apoio a “elementos brizolistas” e que viajava constantemente para o Uruguai e para o Chile. Atuou no Partido Comunista do Brasil (PCdoB), depois fez parte da dissidência desse partido que deu origem a Ala Vermelha, e em 1970 passou a integrar o comando nacional da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Chefou o sequestro de um avião da empresa aérea Cruzeiro do Sul, com o objetivo de libertar 44 presos políticos e conduzi-los até Cuba. Morreu aos 35 anos de idade, após ter sofrido um acidente de carro em Porto Alegre (RS).

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em 9 de fevereiro de 1998, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) indeferiu o pedido para o reconhecimento da responsabilidade do Estado brasileiro pelo desaparecimento de James Allen Luz. Em 7 de outubro de 2004, a CEMDP indeferiu novamente o pedido reapresentado, pois entendeu que James morrera em um acidente que não foi ocasionado pelos órgãos da repressão do Estado. Entretanto, seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

James Allen Luz desapareceu em Porto Alegre, no dia 24 de março de 1973, em circunstâncias ainda não esclarecidas. De acordo com a versão dos fatos apresentada na ocasião pelos órgãos de repressão do Estado, James Allen Luz teria morrido durante um acidente de carro em Porto Alegre.

O acidente ocorreu no dia 24 de março. De acordo com as autoridades e o com auto de necropsia assinado pelos legistas Edson M. Dutra e Marco Aurélio Barros da Silva e registrado com o nome de James Allen, a data da morte do militante teria sido dia 25 de março.

O perito criminalístico confirmou que o acidente ocorrera no dia 24 de março e informou que James fora levado em estado grave para a Clínica Stefani, em Porto Alegre.

Em reportagem do jornal *Folha da Tarde*, de 5 de abril de 1973, noticia-se que após 11 dias de investigações a polícia não havia desvendado ainda a capotagem de uma Variant, na estrada do Lami, que resultou na morte de um homem, acrescenta ainda, que o Departamento de Ordem Política e Social estava auxiliando a Delegacia de Acidentes a desvendar o caso, indicando ser um acidente envolvendo um militante político.

Segundo informações prestadas à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), por pessoas que estavam com James no momento em que ocorreu o fato, ele não morreu no acidente,

mas foi socorrido e levado ao hospital, onde permaneceu sendo vigiado por autoridades policiais. Não há informações sobre o que aconteceu com o corpo de James depois de ter sido levado ao hospital, apenas depoimentos de médicos que afirmam ter visto James chegar sem vida ao hospital, de onde seu corpo foi recolhido pelo Instituto Médico-Legal (IML).

Os restos mortais de James Allen Luz não foram entregues à sua família e até hoje não se sabe onde foram enterrados.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Não foi possível apontar com precisão o local do desaparecimento de James Allen Luz, havendo indicações para a estrada do Lami e para a Clínica Stefani, ambas na cidade de Porto Alegre, RS.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. DOCUMENTOS QUE ELUCIDAM AS CIRCUNSTÂNCIAS DO DESAPARECIMENTO E DA MORTE

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL	TÍTULO E DATA DO DOCUMENTO	ÓRGÃO PRODUTOR DO DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Arquivo Nacional, CIEX/MRE: BR_AN_BSB_IE_010_002, pp. 6-7.	Nº 049, 5/2/1973.	CieX.	Informa as atividades de James até pouco antes de sua morte.
Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_61923_73.	Documento de Informações nº 219/16/ APA/73, 30/7/1973.	SNI.	Informa a versão do DEOPS/RS para o acidente envolvendo James Allen Luz e afirma o conhecimento sobre onde James residia.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0043_0008, pp. 9-11.	Processo 044/02-12/12/2002, 7/10/2004.	CEMDP.	Informa que não se sabe o paradeiro de James após ter sido levado ao hospital por ocasião do acidente que sofrera.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0043_0006.	Documentos do Ministério da Justiça sobre James Allen Luz.	CEMDP.	Ofícios e encaminhamentos sobre os direitos políticos e o paradeiro de James Allen Luz.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0043_0007, p. 2.	Certidão, 26/2/1996.	Ofício Distrital de Belém Novo.	Informa o óbito de uma pessoa de identidade desconhecida em Lami.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0043_0007, pp. 4-5.	Relatório.	CEMDP.	Depoimento de Antônio Cunha Lozada sobre a imprecisão do paradeiro de James após ter sido deixado no hospital.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0043_0007, pp. 250-251.	Auto de necropsia, 25/3/1973.	IML.	Informa a causa e data da morte de James.

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL	TÍTULO E DATA DO DOCUMENTO	ÓRGÃO PRODUTOR DO DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0043_0007, pp. 228-233-2.	Levantamento nº 141/73, 1/8/1973.	Instituto de Criminalística.	Afirma o dia do acidente como 24 de março.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0043_0007, pp. 382-387, pp. 407-411.	Termo de declarações, 13/5/1997.	Delegacia de Delitos de Trânsito.	Declarações daqueles que trabalhavam no hospital aonde James foi levado.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que há responsabilidade do Estado brasileiro na ocultação do cadáver de James Allen Luz ocorrida em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidos pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e apuração de responsabilidades.



RONALDO MOUTH QUEIROZ

FILIAÇÃO: Elza Mouth Queiroz e Álvaro D'Ávila Queiroz

DATA E LOCAL DE NASCIMENTO: 18/12/1947, São Paulo (SP)

ATUAÇÃO PROFISSIONAL: estudante

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA: Ação Libertadora Nacional (ALN)

DATA E LOCAL DE MORTE: 6/4/1973, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Nascido em São Paulo, Ronaldo Mouth Queiroz começou a trabalhar aos 13 anos, em uma empresa, como fiscal de propagandas de rádio. Foi aprovado no vestibular para o curso de Geologia na Universidade de São Paulo (USP), onde começou a fazer parte do movimento estudantil. Nesse período, dava aulas em cursos pré-vestibulares. Tanto no colégio, como durante a faculdade, publicava jornais de humor sob o pseudônimo “Mc Coes”. Posteriormente, essas publicações passaram a tratar de temas políticos. Em 1969, iniciou a militância na Ação Libertadora Nacional (ALN) e procurou articular a organização com o movimento estudantil. Entre 1970 e 1971, foi presidente do Diretório Central de Estudantes da USP. Em razão das perseguições políticas a que foi submetido, já no final de 1971, passou a viver na clandestinidade. Morreu aos 26 anos de idade, em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 23 de julho de 1997, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Ronaldo Mouth Queiroz. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e de-*

saparecidos políticos no Brasil (1964-1985), organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Em sua homenagem, seu nome foi atribuído a uma rua no bairro do Tirol, na cidade de Belo Horizonte (MG).

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Ronaldo Mouth Queiroz morreu em São Paulo, no dia 6 de abril de 1973, em circunstâncias ainda não esclarecidas. De acordo com a versão oficial dos fatos apresentada pelos órgãos de repressão do Estado e publicada na edição do *Jornal do Brasil* de 7 de abril de 1973, Ronaldo Mouth teria morrido em confronto armado com agentes de segurança o Estado, após ter resistido à ordem de prisão.

Um documento do II Exército, encaminhado ao diretor do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP) em 26 de abril de 1973, tem as seguintes informações a respeito de Ronaldo:

[...] no dia 6 de abril de 1973, às 7h40, aproximadamente, foi localizado na esquina da Av. Angélica. Ao ser dada voz de prisão, o mesmo sacou de um revólver calibre 38, reagiu a tiros, sendo então travado “cerrado tiro-teio”, vindo a falecer em virtude dos ferimentos recebidos.